JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal Ano XIV — Nº 2.911/195 — Brasília, 27 de outubro a 2 de novembro de 2008 EDIÇÃO SEMANAL

MPs anticrise são prioridade, diz Garibaldi

Duas medidas provisórias (MPs) e dois projetos de conversão já trancam a pauta. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, voltou a criticar o instrumento das MPs, mas avisou que as medidas para proteger o país contra a crise financeira global são prioridade.

páginas 2, 3 e 8

JOSÉ CRUZ

Ausência de Guido Mantega provocou protestos de ACM Júnior (*acima*) e levou Garibaldi a ameaçar convocar ministro

Após dois adiamentos, CAE ouve Mantega e Meirelles

página 3

Eleições tiveram campanhas mais limpas e baratas

As eleições municipais colocaram em prática as novas regras eleitorais. Como resultado, as cidades ficaram mais limpas e os eleitores menos sujeitos ao poder econômico de alguns candidatos. Controle de gastos também aumentou, combatendo assim o caixa dois nas campanhas.

página 5

Morte de Eloá provoca debate sobre violência

Parlamentares comentaram o caso do seqüestro em Santo André (SP), que terminou com a morte da refém Eloá Pimentel, de 15 anos. Senadores expressaram pesar também pelo assassinato do empresário Arthur Sendas, no Rio.

página 4

infra-estrutura

MARCELLO CASAL JR/ABr

Canal fétido em Nova Timboteua, no Pará: governo garante que PAC do saneamento terá R$ 40 bilhões

Situação melhora, mas saneamento básico ainda é desafio no Brasil

páginas 6 e 7

concursos

Provas aos sábados são alvo de críticas

página 8

moralização

Demissões dão fim a nepotismo no Senado

página 9

e mais...

AGENDA página 2

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR página 11

cidadania

Serviços funerários: saiba como agir

No momento de maior abalo – a perda de um familiar – muitas pessoas ainda são exploradas por "papa-defuntos" e precisam resolver várias exigências burocráticas para realizar o funeral. Saiba como proceder.

página 12

Impresso Especial 5362005/CR/BSB SENADO FEDERAL CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA CORREIOS

agenda

Novas MPs trancam votações em Plenário

Duas medidas provisórias e outros dois projetos de lei de conversão, já aprovados pelos deputados, chegaram ao Senado na semana passada

Duas novas medidas provisórias e dois projetos de lei de conversão (PLV) de outras MPs foram lidos ao final da sessão não-deliberativa de quarta-feira e passaram a trancar a pauta de votações do Senado. O anúncio foi feito pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, após receber os ofícios da Câmara com as quatro proposições já aprovadas pelos deputados. Nesta semana, deverão ser indicados os relatores de cada uma das propostas.

Garibaldi afirmou que pretende dar prioridade à tramitação das MPs editadas pelo presidente Lula, na semana passada, que buscam a contenção da crise financeira. Ele disse que só não tratará as medidas provisórias com prioridade se ficar constatado que "não apresentam o caminho mais recomendável" para controlar a crise. Essas MPs ainda não foram votadas pelos deputados (*veja mais na página 3*). Crítico do uso exagerado das medidas, o senador ponderou que, "neste caso, elas se justificam, dada a urgência do assunto".

JONAS PEREIRA

Romero Jucá fala sobre as MPs editadas pelo governo para ajudar a conter a crise financeira. Medidas serão examinadas em breve no Congresso Nacional

Dentre as MPs que já chegaram ao Senado, está a 435/08, que dispõe sobre a utilização do superávit financeiro para amortizar o pagamento da dívida pública mobiliária federal interna, autoriza o Tesouro a emitir títulos públicos para recompor a carteira do Banco Central (BC) e permite a emissão de ordens de pagamento no exterior em reais, entre outras medidas.

O PLV 25/08, proveniente da MP 436/08 e segundo item da pauta, adia de 1º de outubro de 2008 para 1º de janeiro de 2009 o início da vigência de incentivos tributários para o setor das chamadas bebidas frias (cerveja, refrigerante e água). Os tributos incluídos na proposta são o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Pasep e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). Pelo projeto, o Executivo poderá estabelecer alíquota específica mínima por produto, marca de produto ou tipo de embalagem.

Uma das MPs prevê incentivo tributário a bebidas frias

Terceiro item da pauta, o PLV 26/08, proveniente da MP 438/08, dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.

Já a MP 439/08 autoriza a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de até R$ 15 bilhões, constituindo fonte de recursos adicionais para permitir o financiamento de projetos de investimento. O Executivo alega que o BNDES é o principal agente financeiro federal de investimento de longo prazo e, por esse motivo, a MP – assinada pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, – atende ao aumento da demanda por crédito para investimentos na economia do país.

Crise mundial reduz margem do Congresso no Orçamento

A votação do parecer preliminar ao Orçamento de 2009 está prevista para esta terça-feira, 15h, na Comissão Mista de Orçamento. O maior desafio do relator-geral, senador Delcidio Amaral (PT-MS), será manter inalterado o valor de R$ 8 milhões para as 25 emendas que cada parlamentar tem direito.

As emendas consumirão, segundo o parecer, R$ 4,75 bilhões – ou seja, pouco mais de R$ 200 milhões do que foi reservado pelo Executivo na reserva de contingência para o atendimento das emendas individuais. Há coordenadores de bancada pressionando para elevar o montante, com a alegação de que o governo trava os recursos das emendas coletivas e seria melhor turbinar os recursos das emendas individuais, que bancam investimentos na base eleitoral.

No entanto, Delcidio propôs que o Congresso se paute pela "austeridade fiscal" neste momento de crise. O relator poderá cortar 20% das despesas de custeio previstas no projeto e, eventualmente, incluir parcela dos investimentos para constituir uma reserva de estabilização fiscal, permitindo que o governo possa elevar o superávit primário. Outra medida é reduzir o valor das emendas coletivas se a próxima revisão dos parâmetros macroeconômicos, a serem enviados pelo governo no fim de novembro, indicar queda na arrecadação federal de 2009.

Adelmir quer debate no Congresso sobre comércio, serviços e turismo

Um estudo realizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae), sobre os setores de comércio, serviços e turismo foi apresentado por Adelmir Santana (DEM-DF). O objetivo do trabalho, intitulado "A competitividade nos setores de comércio, de serviços e do turismo no Brasil – perspectivas 2007-2015", é identificar os entraves de cada setor e propor ações para eliminá-los.

Segundo o senador, trata-se do mais completo estudo já realizado a respeito do tema no Brasil. Adelmir considera importante que esses setores façam parte da agenda de discussões do Congresso.

– Esse debate deve transcender os limites desses setores e atingir outros segmentos políticos e empresariais. Estamos falando em criar uma agenda pública para o desenvolvimento que, para gerar projetos e ações, deve mobilizar toda a sociedade – disse.

ELEIÇÕES – Segundo Mão Santa (PMDB-PI), "temos que aperfeiçoar a democracia. Nestas eleições, o presidente Lula e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, cometeram crimes eleitorais, pois diziam que, se as pessoas não votassem em certos candidatos a prefeito, não chegaria dinheiro algum [aos municípios]". O senador garantiu que seu partido terá candidato próprio à Presidência do Senado nas próximas eleições da Mesa, em fevereiro de 2009.

comissões

Terça-Feira

10h – AGRICULTURA e MEIO AMBIENTE

Anistia – Audiência conjunta discute a concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pelo desmatamento ilegal de 220 mil km² na Amazônia e ações integradas de combate ao desmatamento lançado pelo Poder Executivo. Devem participar os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da Agricultura, Reinhold Stephanes; os presidentes do Incra, Rolf Hackbart, do Ibama, Roberto Messias, e da CNA, Fábio de Salles; e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa.

10h30 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ZPE – A comissão analisa três projetos: o que amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e reduz alíquotas de PIS/Pasep e Cofins; o que cria a Zona de Processamento de Exportação de Serra do Navio (AP); e o que acrescenta à estrutura da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) o Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais.

11h – EDUCAÇÃO

Libras – O primeiro dos 24 itens em pauta é o projeto que define, na educação superior, a freqüência mínima exigida para aprovação. Em turno suplementar, a comissão analisa o projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da linguagem de sinais (Libras) na educação infantil e no ensino fundamental.

Quarta-Feira

9h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Diversidade tecnológica – Audiência pública para debater a evolução e diversidade da ciência e tecnologia no país. Estão convidados o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, o presidente da Academia Brasileira de Ciência, Jacob Palis, e o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Marco Antonio Raupp.

9h30 – AGRICULTURA

Cadeia produtiva – Audiência pública discute a cadeia produtiva de aves e suínos, com a presença de representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária, dos criadores de suínos, dos exportadores de carne suína, dos avicultores e dos produtores e exportadores de frango.

10h – ASSUNTOS SOCIAIS

Pensões e aposentadorias – Audiência pública para debater a atualização das aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com a presença de representantes dos ministérios da Fazenda, Planejamento, Previdência e Assistência Social, dos aposentados, dos fiscais da Receita Federal e dos servidores da Previdência Social.

Quinta-Feira

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Imigração – O primeiro dos três itens em pauta é o projeto que institui o regime de tributação unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não-deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

MPs – A pauta encontra-se trancada por duas medidas provisórias e dois projetos de lei de conversão.

Quarta e quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

A pauta do Plenário depende da deliberação sobre as medidas provisórias.

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

crise

Mantega e Meirelles vão debater na CAE

Ministro da Fazenda e presidente do Banco Central só confirmaram presença depois que Garibaldi Alves ameaçou convocá-los

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, confirmaram presença no debate que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza nesta quinta-feira, às 10h, sobre o agravamento da crise financeira internacional.

A decisão só veio depois que o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, ameaçou "convocar" as duas autoridades na terça-feira, véspera de um dos piores dias de turbulência no mercado brasileiro, quando a Bolsa voltou a despencar com perdas de 10,18% e o dólar subiu para R$ 2,38.

Garibaldi cobrou a presença dos dois depois que eles desmarcaram a participação na CAE sem qualquer explicação ou previsão de nova data. Aos protestos dos senadores, em Plenário, com a atitude de Meirelles e Mantega, que haviam comparecido à Câmara na terça-feira, se somaram as críticas dos oposicionistas, capitaneados pelo DEM, contra a edição de mais uma medida provisória (MP 443/08) para refrear a crise e assegurar liquidez ao mercado.

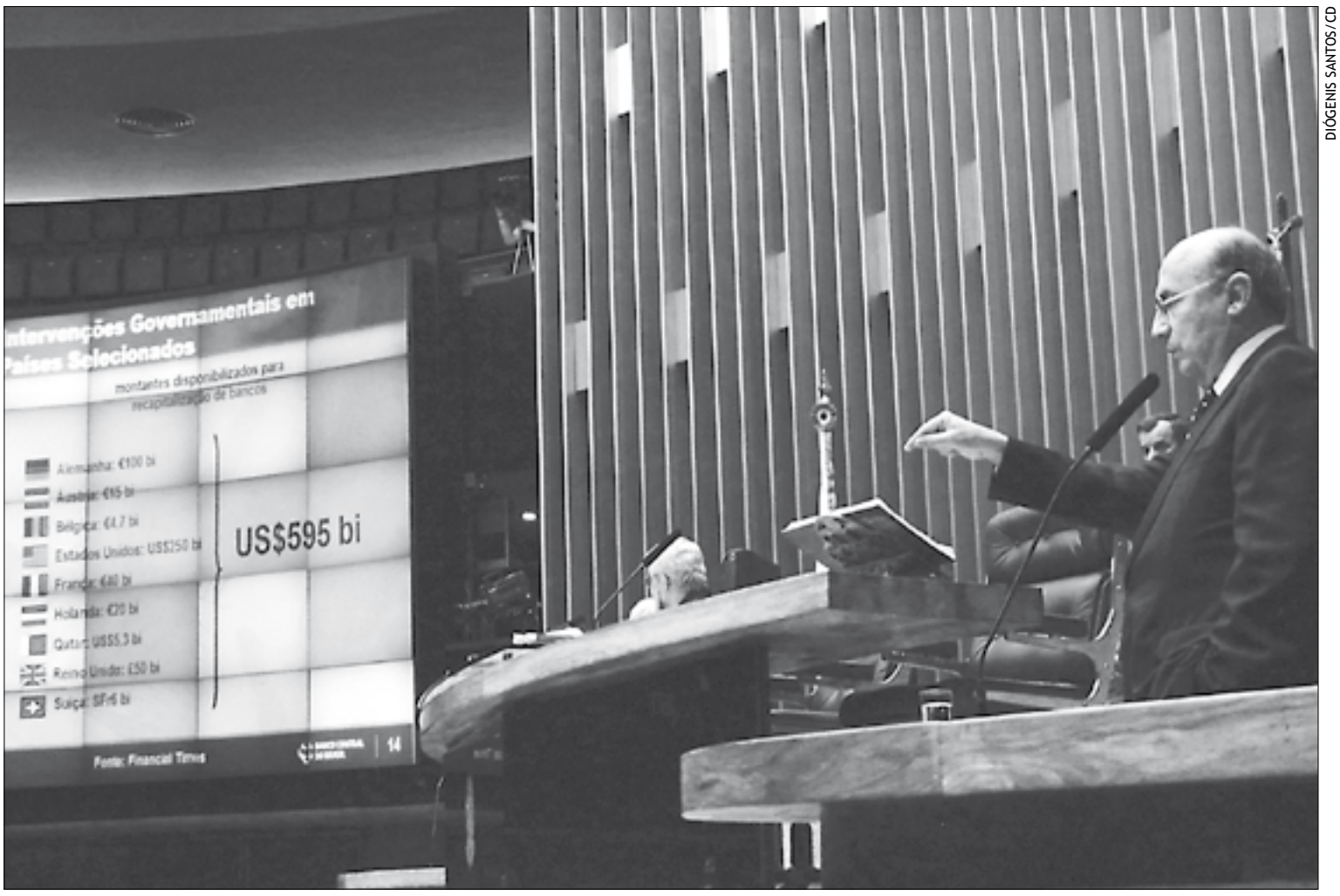
Coube ao presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), um dos autores do requerimento para realizar a audiência, sair a campo para apaziguar os ânimos e assegurar o debate.

O governo brasileiro decidiu acompanhar a linha de atuação do primeiro-ministro inglês, Gordon Brown, que anunciou no dia 8 de outubro um plano de cerca de US$ 87 bilhões para recapitalizar o sistema bancário do Reino Unido por meio da compra de ações de bancos. Na última quarta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem ações de bancos, seguradoras, entidades abertas de previdência e outras instituições financeiras (*ver matéria ao lado*). Mantega voltou a garantir que não há bancos quebrando, mas admitiu que continuam os problemas de liquidez em algumas instituições.

Essa é a segunda MP que o governo edita para combater a crise. A primeira (MP 442/08), em 6 de outubro, que tramita na Câmara, facilita o socorro aos bancos de pequeno porte por parte do Banco Central.

Para aprová-las, o governo precisa do Congresso, alertou Garibaldi. Ele lembrou que os governantes mundiais estão adotando medidas e discutindo-as com o Poder Legislativo, a exemplo do que ocorreu na aprovação pelos congressistas dos Estados Unidos do plano emergencial de US$ 700 bilhões.

– Quero dizer aos ministros que, em momento algum, pode o Poder Legislativo ser ignorado, esquecido e menosprezado, principalmente em um momento como este – criticou o presidente do Senado.



DIÓGENIS SANTOS/CD

Meirelles no Plenário da Câmara dos Deputados: governo já editou duas medidas provisórias de socorro aos bancos, para assegurar liquidez no mercado

BB e Caixa poderão comprar ações de bancos e financeiras

Disposto a criar novos mecanismos que assegurem liquidez ao mercado, o governo editou na última quarta-feira a Medida Provisória 443/08. Ela autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, responsáveis por cerca de 30% do sistema bancário do país, a comprarem ações de bancos, seguradoras, entidades abertas de previdência e outras instituições financeiras, o que antes era vedado aos bancos oficiais.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, informou que os dois bancos oficiais não irão receber dinheiro do Tesouro para realizar tais operações. O BB e a Caixa poderão, inclusive, adquirir o controle acionário de empresas. O ministro explicou que, superadas as dificuldades, as instituições adquiridas pelos dois bancos poderão voltar ao controle privado.

A orientação, segundo Mantega, é dar liquidez de acordo com as regras de mercado e não comprar ativo podre. "Não temos *subprime*", declarou o ministro, referindo-se ao mercado hipotecário norte-americano para baixa renda, onde se originou a crise financeira que contaminou outras economias no mundo.

Outra providência, assegurada pela MP, concede autorização ao Banco Central para realizar operações de troca de moedas (*swap*) com bancos centrais de outros países, reforçando a posição do BC para prover liquidez no mercado de câmbio.

Senadores vêem desrespeito com tentativa de cancelar a audiência

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), o primeiro a protestar, afirmou que o pedido de cancelamento do debate pelo ministro Mantega desrespeitou o Senado. Mantega, segundo o ACM Júnior, não poderia desconhecer a obrigação constitucional que tem de prestar esclarecimentos aos congressistas.

O líder do DEM, José Agripino (RN), lembrou que os dois ministros compareceram à Câmara na terça-feira com duas horas de atraso e também tentaram adiar a audiência com os deputados.

Valter Pereira (PMDB-MS) também protestou contra o cancelamento da audiência na CAE e defendeu "vigilância criteriosa" com a utilização das reservas internacionais do Brasil, que somam mais de US$ 200 bilhões. Outro a criticar o adiamento foi Tião Viana (PT-AC).

– Não é admissível essa desconsideração e irresponsabilidade – afirmou.

Parlasul sugere revisão do sistema financeiro internacional

A crise financeira internacional deverá ser o principal tema em discussão na próxima sessão do Parlamento do Mercosul, nos dias 3 e 4 de novembro, em Montevidéu. A previsão foi feita pelo presidente do Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

Crise já afeta países do Mercosul, admite o Parlamento

Na reunião concluída na quarta-feira, a Mesa diretora do Parlasul aprovou nota onde expõe sua "grande preocupação com a grave crise financeira internacional". Embora a crise tenha nascido a partir de problemas ocorridos no sistema financeiro norte-americano, como aponta o documento, as dificuldades econômicas espalharam-se pelo mundo e já afetam os países do Mercosul, apesar dos esforços promovidos no bloco pelo equilíbrio das contas públicas.

Ainda por meio do mesmo texto, a Mesa diretora expressa seu entendimento de que "a superação definitiva da atual crise demandará uma profunda revisão do sistema financeiro internacional, que deverá atuar, no futuro, com sólida e consistente regulamentação mundial".

De olho na crise, China pretende duplicar renda de camponeses

O presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Popular Nacional da China, Li Zhaoxing, afirmou que seu país observa com atenção a crise e que a economia chinesa cresceu 9,9% nos nove primeiros meses do ano. O maior problema, informou o dirigente chinês, é a disparidade entre o campo e a cidade. Por isso, o governo de Pequim quer duplicar, até 2020, a renda dos camponeses.

Zhaoxing fez essas declarações ao participar, na semana passada, de reunião com integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde propôs a adoção de um mecanismo permanente de intercâmbio com o Senado brasileiro, nos mesmos moldes de um memorando firmado em 2006 com a Câmara dos Deputados.

violência

DANILO VERPA/FOLHA IMAGEM

Eloá Pimentel foi mantida por cem horas em cárcere privado na sua residência pelo ex-namorado Lindemberg Alves

Seqüestro e morte de Eloá motivam debates

Senadores analisam violência no país, doação de órgãos e cobertura da imprensa de episódios como o da adolescente de Santo André

O seqüestro seguido de morte da adolescente Eloá Pimentel pelo ex-namorado Lindemberg Alves, que a manteve por cem horas em cárcere privado, em Santo André (SP), foi um dos principais assuntos debatidos pelos senadores na semana passada.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, considerou o caso atípico na situação de violência vivida pelo Brasil. Mesmo assim, ele considera que o Legislativo deve manter-se alerta para ser capaz de produzir leis que efetivamente aumentem a segurança no país.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solidarizou-se com os familiares de Eloá e elogiou a família por autorizar a doação de órgãos.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) questionaram a cobertura do episódio pela imprensa.

Marisa Serrano sugeriu uma audiência pública no Senado para discutir, com a participação de representantes da mídia, psiquiatras e psicólogos, possíveis limites que devem ser impostos nesse tipo de cobertura.

ARTHUR SENDAS
Romeu Tuma (PTB-SP) apresentou voto de pesar pela morte do empresário Arthur Sendas, assassinado no Rio de Janeiro. Dono de uma rede de supermercados, ele foi qualificado como "religioso, gentil, amigo e uma pessoa de bem".

Rejeitada emenda a projeto sobre seqüestro-relâmpago

Foi rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a emenda apresentada pelos deputados para alterar a redação do parágrafo que especifica as penas previstas para o crime de seqüestro-relâmpago no Projeto de Lei do Senado (PLS) 54/04. Os senadores acompanharam o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), rejeitaram a mudança e mantiveram o texto original, do então senador Rodolpho Tourinho. O PLS foi aprovado pela CCJ em 2004 e enviado à Câmara, onde foi modificado. Agora, segue para o Plenário do Senado.

A proposta altera o artigo 158 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para definir de forma mais clara o seqüestro-relâmpago. Segundo Flexa Ribeiro, a emenda comprometia a intenção do texto de determinar o aumento da punição para casos em que o crime resultar em lesão corporal ou morte.

Projeto de lei aproxima Ministério Público e sociedade

A obrigação de o Ministério Público (MP) realizar audiências públicas pelo menos uma vez por ano em sua respectiva comarca foi aprovada pela Comissão de Justiça (CCJ), em turno suplementar na quarta-feira passada. O objetivo do projeto (PLS 217/08) do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que agora segue para a Câmara dos Deputados, é proporcionar mais entrosamento entre o Ministério Público e a sociedade.

Segundo o substitutivo do senador Jarbas Vanconcelos (PMDB-PE), os encontros entre o MP e a comunidade servirão para identificar as demandas sociais, e, conseqüentemente, para definir as prioridades institucionais do órgão. As audiências serão precedidas de ampla divulgação, com a emissão de relatórios, anuais e especiais, além de recomendações dirigidas aos órgãos e às entidades interessados.

CCJ aprova regulamentação de técnico e auxiliar em saúde bucal

A CCJ aprovou na quarta-feira passada voto do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) pela regulamentação do exercício das profissões de técnico em saúde bucal e de auxiliar em saúde bucal. A proposta, que já passou pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), define também as atribuições, as competências e os critérios de capacitação das duas profissões e será analisada agora pelo Plenário do Senado.

O projeto (PLC 3/07) estabelece que só poderão exercer as duas profissões quem tiver diplomas ou certificados que atendam às normas do Conselho Federal de Educação.

Apesar de terem votado favoravelmente ao projeto, os senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) se disseram contrários ao exame, pelo Senado, de propostas relacionadas à regulamentação de profissões.

– Isso é assunto interno dos ministérios – disse Demostenes.

POBREZA
A proposta que torna permanente o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi retirada da pauta da CCJ para que os senadores possam, antes de aprová-la, negociar com o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, os recursos necessários à implementação da medida. Marina Silva (PT-AC) sugeriu a negociação.

ANALISTA DE SISTEMAS
A CCJ aprovou audiência pública proposta por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para discutir a regulamentação do exercício da profissão de analista de sistemas. Segundo o PLS 607/07, poderão exercer a profissão de analista de sistemas somente profissionais com diploma superior em Análise de Sistemas, Ciência da Computação ou Processamento de Dados.

TERRAS NA AMAZÔNIA LEGAL
Por considerar que já existe legislação que regulamenta o assunto, a CCJ rejeitou, seguindo parecer do senador Marco Antônio Costa (DEM-TO), a Proposta de Emenda à Constituição 23/08, de Paulo Paim (PT-RS), que insere entre as competências privativas do Senado a aprovação, por maioria absoluta, das operações de compra e arrendamento por estrangeiros de propriedades rurais na Amazônia Legal. A proposta de Paim prevê ainda a desapropriação confiscatória de glebas onde for constatado desmatamento ilegal.

agora é lei

Sistema de consórcios no país ganha regulação

Depois de passar por comissões no Senado e na Câmara dos Deputados durante quase cinco anos, já está em vigor, desde 9 de outubro, a Lei 11.795/08, que passa a regular o sistema de consórcios no país. A nova legislação cria o consórcio de serviços (por exemplo, nas áreas de educação e saúde) e novos mecanismos para a quitação de financiamentos. Também estabelece uma metodologia de devolução para os excluídos.

Outro aspecto importante da lei é a possibilidade de utilização da carta de crédito para a quitação de financiamento – uma situação até então não prevista nas normas do Banco Central, responsável por regulamentar e fiscalizar o sistema consórcio. Isso significa trocar uma dívida mais cara por outra mais em conta, já que a modalidade não cobra juros, apenas a correção das parcelas e do valor da carta.

Foi vetado o dispositivo que previa o uso do FGTS para pagamento das prestações do consórcio e para liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor. Na justificação do veto, o presidente Lula argumenta que o uso do FGTS em consórcio "representaria um volume de recurso significativamente maior, o que tenderia a reduzir os recursos de que o sistema dispõe para financiamento de moradia própria no âmbito do SFH, em especial para população de baixa renda". Além disso, "dificultaria o financiamento de projetos de infra-estrutura urbana e saneamento básico, que constituem a finalidade primária do FGTS".

Um dos destaques da legislação é a nova metodologia para devolução de valores aos consorciados excluídos. Aquele que estiver nessa condição, passa a concorrer ao sorteio como os demais consorciados. Ao ser sorteado, o excluído receberá o reembolso da importância investida. A introdução dessa possibilidade confere a todos os participantes as mesmas condições de acesso ao crédito por meio de sorteios, conferindo isonomia entre todos os consumidores. No modelo antigo, era necessário esperar o término de todo o grupo.

O Projeto de Lei 533/03, do ex-senador Aelton Freitas, foi o primeiro passo para a consolidação da atual Lei dos Consórcios.

eleições

Maior controle, menos sujeira e exageros

Regras que entraram em vigor no pleito municipal deste ano combatem caixa dois e abuso econômico dos candidatos

Terminado o segundo turno, já é possível avaliar resultados de algumas inovações nas regras eleitorais, bem como do próprio amadurecimento da democracia nos últimos anos. Após seguidas denúncias de caixa dois desde a primeira campanha após a redemocratização, em 1989, a Justiça Eleitoral continua tentando aperfeiçoar a fiscalização, buscando tornar mais transparentes tanto as doações quanto os gastos realizados por candidatos e comitês partidários. Para isso, ferramentas de informática têm se mostrado fundamentais.

Visivelmente, já foi possível verificar nas cidades a diminuição da poluição visual e da presença ubíqua de panfletos, cartazes e pichações de candidatos. As regras limitaram o uso de som e a realização de showmícios, prevendo multas e outras sanções para candidatos que sujassem as cidades.

Porém, em vez de campanhas mais baratas, o que se observa até agora no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é que o volume de recursos arrecadados para campanhas vem aumentando. Conforme o coordenador da área de prestação de contas do TSE, Wladimir Caetano, em comparação com as eleições de 2004, o número de doações triplicou este ano. Na sua opinião, o que ocorreu foi a formalização dos doadores, tendo em vista a modernização do sistema e as sanções possíveis para quem não declarar contribuições eleitorais.

Controle do caixa 2 ficou mais efetivo e gastos, menos exagerados

– O controle sobre o caixa dois se tornou mais efetivo. A tendência é que o processo eleitoral seja mais ágil e transparente por conta dos sistemas informatizados – argumenta Caetano.

Para 2008, o TSE desenvolveu processos em conjunto com a Receita Federal e o Banco Central (BC), aperfeiçoando e automatizando cruzamentos de dados. Assim, uma doação não declarada também pode ter reflexos fiscais.

As medidas alcançam ainda a utilização de sobras de campanha, protagonistas de alguns dos últimos escândalos políticos. Atualmente, tudo o que não for utilizado, seja financeiro ou bens permanentes (carros, computadores etc.), tem que ser transferido para o partido – e, daí, para a respectiva fundação ou instituto de pesquisa – até a entrega da prestação de contas final.

Segundo Caetano, o candidato resolveu se resguardar, ter mais cuidado com relação às novas regras para propaganda e não se expor com fixação de cartazes, distribuição de panfletos, contratação exagerada de pessoal. "Houve uma mudança de comportamento", registra.

Outra medida foi a ampliação da identificação de empresas que não podem fazer doações para campanhas eleitorais, como concessionárias de serviços públicos. Hoje, agências reguladoras, ministérios, os Correios, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), entre outros, prestam esse tipo de informação ao TSE.

Ao final da prestação de contas, que deve ser feita até 4 de novembro (ou 25 de novembro para os que disputaram o segundo turno), o TSE ainda vai receber do Banco Central todos os extratos de contas abertas para campanhas eleitorais. Até a semana passada, o TSE já havia recebido pela internet as prestações de contas parciais de cerca de 90% dos mais de 15 mil candidatos a prefeito e quase 350 mil candidatos a vereador.

Controle de gastos também foi ampliado

A fiscalização das doações de campanha só tende a ficar mais eficiente se for acompanhada do aumento do controle de gastos, outro alvo de inovações no pleito municipal. O objetivo principal das mudanças são os fornecedores de material para campanha. O TSE informou aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) o nome das empresas que forneceram serviços e produtos para candidatos e comitês políticos, em 2006, juntamente com seus respectivos números de identificação junto à Receita Federal (CNPJ). Assim, será no mínimo arriscado, em uma prestação de contas, usar um CNPJ de uma empresa que declarar não ter contrato com o candidato ou o partido.

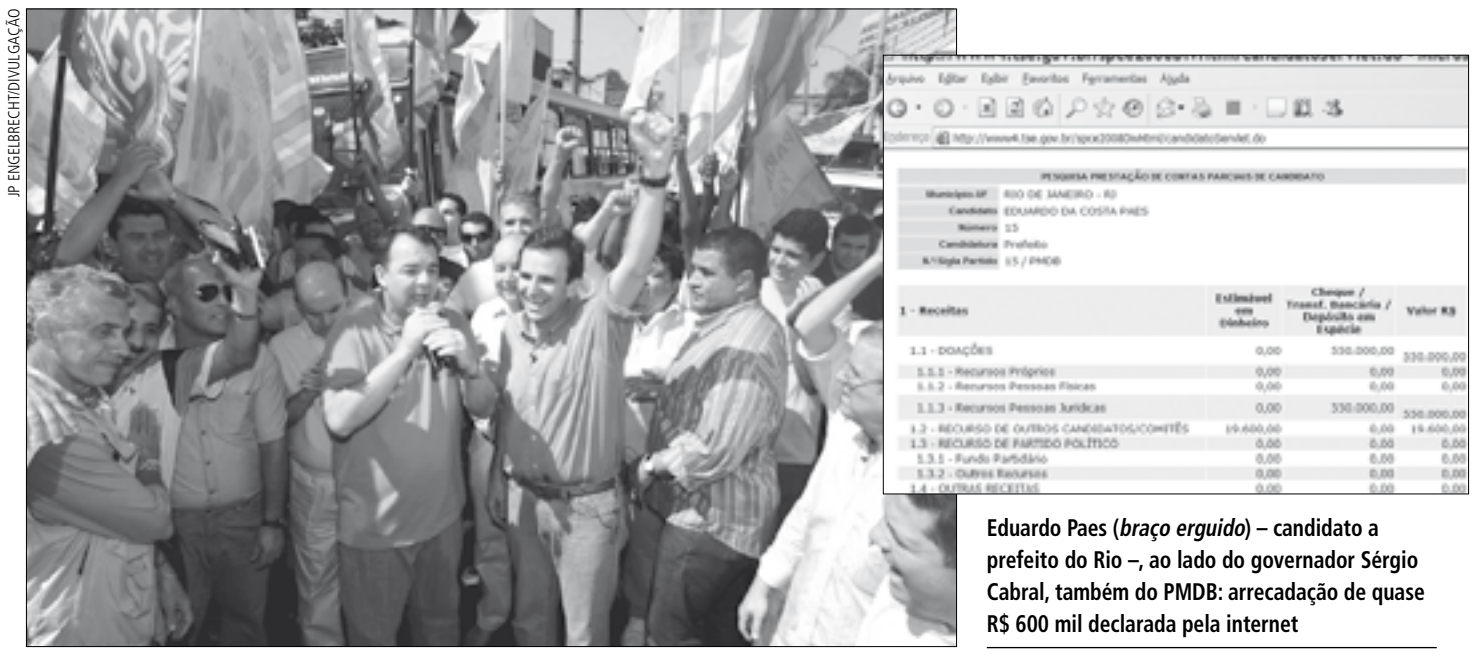
Mais além, nestas eleições, toda propaganda impressa tem que trazer o CNPJ de quem confeccionou o material. A medida facilitará o cruzamento entre o que circulou na praça e a declaração feita ao TSE.

O crescimento do controle social também vem sendo estimulado. Foi desenvolvido para as eleições deste ano um mecanismo pelo qual os doadores podem preencher formulários eletrônicos informando à Justiça Eleitoral para quem fizeram contribuição de campanha. De posse desses dados, será possível verificar se o candidato declarou aquela doação.

Os recibos eleitorais, dados pelo candidato ou comitê ao doador, também estão prestes a ganhar uma versão eletrônica para as eleições de 2010, com controle da própria Justiça Eleitoral. Hoje, o processo é mais burocrático, já que é preciso que o próprio partido informe quantos recibos confeccionou, quantos distribuiu e quantos efetivamente utilizou.

Com essas iniciativas, com grande uso de ferramentas de informática, tende a diminuir a noção de que a Justiça Eleitoral não dispõe de recursos, técnicos e humanos, para fiscalizar gastos em eleições. O objetivo final é que as urnas reflitam a vontade do eleitor, sem os desvios nocivos acarretados pela compra do voto, pelo uso da máquina estatal ou pelo abuso do poder econômico.

JP ENGELBRECHT/DIVULGAÇÃO



Eduardo Paes (*braço erguido*) – candidato a prefeito do Rio –, ao lado do governador Sérgio Cabral, também do PMDB: arrecadação de quase R$ 600 mil declarada pela internet

MARCUS VERAS

Adversário de Paes no segundo turno do último domingo, Fernando Gabeira , do PV, também prestou contas dos recursos e das despesas da campanha ao Tribunal Superior Eleitoral

Financiamento público deve aumentar a cobrança da sociedade

Uma das propostas que faz parte da reforma político-eleitoral, o financiamento exclusivamente público de campanhas – já aprovado pelo Senado – tende a aumentar a cobrança da sociedade sobre o controle de gastos de campanha. Isso porque, se o valor do financiamento for de, por exemplo, R$ 7 por eleitor, quase R$ 1 bilhão do Orçamento da União seria reservado para pagar gastos de candidatos e partidos em eleições.

– Deveremos repensar o controle dos recursos públicos, cujo montante seria muito maior. Torna-se necessária uma maior transparência das contas para que a sociedade percebesse que o gasto teria finalidade certa – afirma Wladimir Caetano, do TSE.

Se a medida passar, será necessário, por exemplo, que a legislação eleitoral defina exatamente o que pode ser incluído como "gasto eleitoral", já que, por exemplo, a lei que dispõe sobre o uso dos recursos do fundo partidário (artigo 44 da Lei dos Partidos Políticos, Lei 9.096/95) é genérica e pode expor os partidos a questionamentos.

O financiamento público é um dos temas incluídos na proposta do Ministério da Justiça, aberta a consulta pública até 15 de novembro. Depois desse prazo, o governo deve enviar projetos de lei e propostas de emenda à Constituição para o Congresso.

Os outros temas que fazem parte da proposta do ministério são lista fechada de candidatos, fidelidade partidária, inelegibilidade (incluindo restrição à candidatura de políticos que tenham sido condenados em segunda instância), regras para coligações e cláusula de desempenho.

infra-estrutura

Saneamento básico conta com PAC para vencer atraso

Dados do Ipea demonstram que 6,2 milhões de brasileiros passaram a ter, entre 2006 e 2007, acesso a esgoto. Rede de água canalizada chega a 91,3% das casas, mas, no meio rural, esse percentual ainda está aquém das metas definidas pela Organização das Nações Unidas

Se nove em cada dez brasileiros já recebem água encanada em suas residências, quase metade da população continua sem acesso à coleta de esgotos, apesar dos recentes investimentos em saneamento básico a partir da Lei 11.445/07 e do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O cenário apresenta, no entanto, uma ligeira melhora, conforme revelou na semana passada o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007.

Em pleno Ano Internacional do Saneamento Básico, houve um aumento na proporção da população urbana com acesso a esgoto, de 54,4% em 2006 para 57,4% em 2007. Foram 5,9 milhões de novas pessoas atendidas nas cidades, e apenas 337 mil na zona rural.

Em relação à água, a notícia é melhor: 91,3% dos domicílios têm rede canalizada, atingindo a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O Ipea adverte, todavia, que é preciso lembrar que, no meio rural, menos de 28% dos moradores têm acesso a rede de água, 58% ainda usam água de poço ou nascente e 39,3% não têm água canalizada dentro de casa. Em 2007, havia 30 milhões de pessoas vivendo sem acesso ao tratamento de esgoto, 13,8 milhões sem água canalizada nas torneiras de casa e 3,7 milhões sem coleta de lixo.

Em suma, há 56 milhões de pessoas em locais onde um ou mais dos sete fatores seguintes estão presentes: falta esgoto, não há rede de água, as paredes das casas não são duráveis, o banheiro é coletivo, os domicílios estão em favelas, há irregularidade fundiária ou adensamento excessivo (muita gente dividindo a mesma casa).

O novo marco regulatório do setor, a partir da Lei 11.445 (*leia abaixo*), que introduziu regras sobre investimentos, maior transparência na gestão e controle social na prestação dos serviços de saneamento básico, ainda pode evoluir. Tanto é que não faltam projetos para alterar a lei.

Uma das novidades da lei foi a criação do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis), do Ministério das Cidades. Porém, lá, os números mais recentes são de 2004.

Desde 1992, indicadores tiveram grande evolução

Entre 2006 e 2007, revelou o estudo do Ipea, mais 2,2 milhões de brasileiros passaram a receber água encanada em casa – 877 mil pessoas apenas no Nordeste. Naquela região, o atendimento cresceu 2,3%, contra 1,5% na média nacional, e a água já chega a 88,1% dos domicílios.

Foram os investimentos dos últimos cinco anos, afirma o Ipea, que fez com que mais 3% dos brasileiros fossem atendidos. Mas o crescimento deverá ser maior, com os recursos previstos no PAC para o setor, de R$ 40 bilhões de 2007 a 2010 (*leia mais ao lado*).

De 1992 a 2007, a rede de esgoto que chegava a 66% da população urbana foi ampliada para 81%, a de água canalizada cresceu de 82% para 91% e a de coleta de lixo, de 80% para 98%.

Pesquisa avaliará serviços em todos os 5.564 municípios do país

A coleta de dados para a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2008) já começou e vai até fevereiro do ano que vem. Fruto de uma parceria entre o Ministério das Cidades e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo de maior abrangência já realizado no setor vai traçar um perfil mais exato dos serviços de saneamento em todos os municípios do país. Serão investidos R$ 4 milhões no projeto.

– As pesquisas anteriores eram amostras e não um censo, como essa pesquisa. Teremos um retrato mais fiel do setor de saneamento no país – explicou o secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Leodegar Tiscoski.

Na semana passada, uma reunião no Ministério das Cidades revelou que boa parte dos 680 recenseadores do IBGE já está em campo. Eles farão entrevistas em todas as 5.564 prefeituras do país e em companhias de saneamento. Serão recolhidas informações sobre os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais, além de dados sobre a gestão dos serviços.

– A expectativa é excelente. As entidades estão, de fato, abrindo as portas para a pesquisa, que vai gerar resultados muito importantes para a formulação de políticas públicas, para a academia e para a população em geral – disse Nely Costa, técnica do IBGE, que coordena a pesquisa e que também esteve à frente dos trabalhos no levantamento realizado em 2000.

FOTOS: WALTER CAMPANATO/ABr

Enquanto no município mineiro de Unaí (*foto acima*) todos têm acesso a água tratada, 56 milhões de brasileiros ainda vivem em moradias inadequadas, muitas sem esgoto, como na Vila Estrutural, no DF (*ao lado*)

Tuma quer proibir cobrança por "uso potencial"

Apesar da recente aprovação pelo Congresso da Lei 11.445/07, muitos pontos podem ser aperfeiçoados na regulamentação do setor. O senador Romeu Tuma (PTB-SP) apresentou uma proposta (PLS 295/08) que proíbe a cobrança de taxas enquanto não estiverem sendo prestados os serviços de saneamento básico.

– Hoje, basta que o serviço seja posto à disposição do contribuinte para que haja a cobrança, independentemente da prestação efetiva do serviço público – explica Tuma.

Também existe a interpretação de que a tarifa não tem natureza tributária, somente podendo ser cobrada quando o serviço for efetivamente prestado à população. O problema é que ainda não há um posicionamento único sobre o assunto na Justiça. O Supremo Tribunal Federal (STF) já deu razão a essa interpretação, mas outros juízes e tribunais ainda decidem de formas variadas.

Economia de água e prevenção a enchentes

Já o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) quer incentivar a economia no consumo de água por meio de um projeto (PLS 504/07).

Proposta de Romeu Tuma quer impedir que população pague por saneamento ou água antes de ter acesso ao serviço

Antônio Carlos Valadares tem projeto que incentiva economia de água como forma de preservação dos recursos naturais

– Tanto para o saneamento básico quanto para a política de recursos hídricos, a proposta visa incentivar os consumidores a assumirem sua responsabilidade na preservação do meio ambiente, bem como determinar ações de educação ambiental, incentivo à pesquisa e à adoção de equipamento sanitário redutor do consumo – defende o senador.

Outro projeto (PLS 205/08), de Renato Casagrande (PSB-ES), quer obrigar os planos de saneamento básico previstos na Lei 11.445 a incluírem medidas de prevenção contra enchentes. Nas grandes cidades, onde a maior parte do solo está coberta por asfalto ou cimento, o problema assume proporções de calamidade pública na época de chuvas mais fortes.

– Os princípios mais modernos de controle de drenagem procuram evitar tais efeitos, ao reter a água pluvial no sistema e possibilitar a infiltração no solo.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou proposta definindo as diretrizes nacionais para o saneamento básico. O PLS 155/05 está pronto para votação em Plenário, mas a edição da Lei 11.445 prejudicou a sua tramitação.

Para subcomissão, lei tem pontos que ainda precisam de definição clara

O relatório final da Subcomissão Temporária de Marcos Regulatórios, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), elaborado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), também traz contribuições para a área de saneamento básico.

Nesse tópico, um dos temas centrais em discussão é a necessidade ou não de se regulamentar a lei que definiu as diretrizes para o setor, em vigor desde 2007 (*leia abaixo*).

Segundo os senadores, há pontos da lei que ainda não estão claros – como, por exemplo, de quem será a atribuição (União, estado ou município) de definir a forma e a empresa para prestar serviços de saneamento básico, principalmente no que diz respeito às regiões metropolitanas e aos sistemas integrados. Após debates com especialistas, o relatório recomendou a criação de agências reguladoras municipais e estaduais.

O presidente da subcomissão, Delcidio Amaral (PT-MS), destacou nas conclusões do trabalho o projeto que regula o compartilhamento da infra-estrutura em vias urbanas de serviços de telecomunicações, água, esgoto, energia e outros.

No que diz respeito ao meio ambiente e resíduos sólidos, a subcomissão defendeu a apresentação de um projeto de lei para regulamentar a profissão de catador de lixo.

Universalização dos serviços e controle social são alguns dos princípios da lei

A chamada Lei do Saneamento Básico (11.445) entrou em vigor no dia 22 de fevereiro de 2007. Ela foi aprovada pelo Congresso em dezembro de 2006, após o trabalho da Comissão Especial Mista de Saneamento, presidida pelo senador César Borges (PR-BA), e um acordo das lideranças partidárias. Apesar disso, sancionada pelo presidente Lula, a lei sofreu 15 vetos.

O texto prevê a universalização de abastecimento de água, rede de esgoto e drenagem de águas pluviais e coleta de lixo. Para atingir a meta, a lei fixou investimentos mínimos anuais de R$ 10 bilhões. Com esses recursos, o objetivo será atingido em 20 anos, segundo o Ministério das Cidades.

A maior parte dos novos investimentos será direcionada para o esgotamento sanitário, já que apenas 57% da população urbana tem acesso a rede de esgoto e apenas metade conta com tratamento de esgoto.

Por causa da lei, foi criado o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), que vem organizando dados sobre saneamento básico para garantir o controle social na gestão dos serviços de saneamento. Além do acesso aos dados, os usuários devem estar representados nas decisões técnicas e na formulação de políticas de planejamento para o setor.

Obras do PAC injetam R$ 40 bi no setor

Ponto crucial para o sucesso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as obras de saneamento básico prevêem investimentos de R$ 40 bilhões até 2010. A meta é atender 86% dos domicílios brasileiros com água potável, 55% com esgoto e 47% com coleta adequada de lixo. Dados do Ministério das Cidades apontam que, em 2005, havia 82,3% de domicílios com água potável, 48,2% com ligação a rede de esgoto e 36% com destinação adequada do lixo.

Para cumprir o objetivo, o PAC define que em dois anos 7,3 milhões de domicílios – ou 24,5 milhões de pessoas – já deverão contar com abastecimento de água e esgoto e 8,9 milhões de casas (31,1 milhões de habitantes) com coleta correta do lixo.

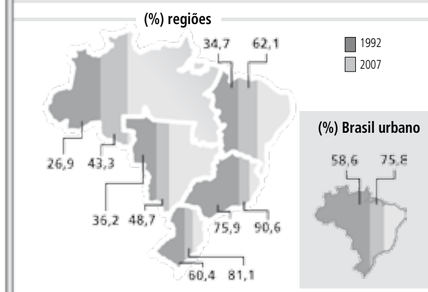
Dos R$ 40 bilhões previstos, R$ 12 bilhões virão do Orçamento da União; R$ 20 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); e R$ 8 bilhões de estados, municípios e prestadoras de serviços de água e esgotos.

Em seu quarto balanço, de janeiro a abril de 2008, o PAC registra que na área de saneamento, os projetos selecionados somam R$ 26,1 bilhões, sendo que R$ 20,1 bilhões já foram contratados. O Comitê Gestor do PAC informa ter monitorado 214 ações na área de infra-estrutura social e urbana, das quais dois terços caminhavam em ritmo adequado, 29% necessitavam de melhor atenção e 4% se encontravam em situação preocupante. 34% estavam em obras, 43% em licitação e 23% em projeto ou licenciamento.

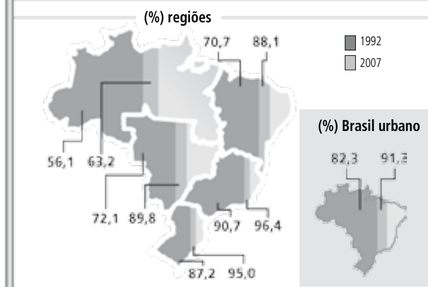
Água e esgoto no Brasil

Abaixo, as regiões divididas com base nos percentuais de acesso a itens de saneamento básico registrados em 1992 e em 2007

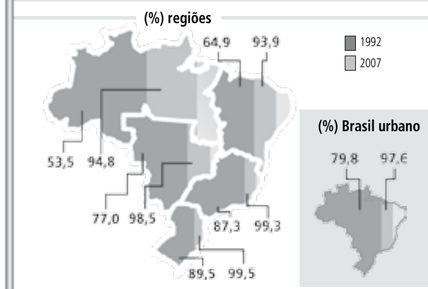
População urbana com saneamento básico adequado



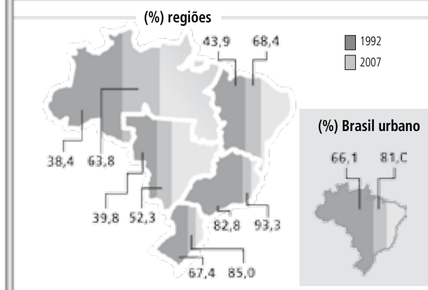
Pessoas com acesso a água canalizada



Coleta direta ou indireta de lixo



Pessoas com acesso a esgoto ou fossa séptica



Fonte: Pnad - saneamento básico, água, esgoto e lixo, segundo o Ipea

homenagem

Garibaldi cobra posição do Congresso sobre MPs

Em solenidade no Palácio do Planalto que comemorou os 20 anos da Carta Magna, presidente do Senado disse que é preciso reduzir edição de medidas

Em solenidade no Palácio do Planalto para celebrar os 20 anos da Constituição, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, voltou a criticar o excesso de medidas provisórias com que se governa o Brasil, sustentando que esse instrumento legislativo não difere muito do decreto-lei utilizado pela ditadura. O senador cobrou dos parlamentares a modificação do texto constitucional sobre as MPs.

Com a presença do deputado Mauro Benevides, vice-presidente da Assembléia Nacional Constituinte, do ex-deputado Bernardo Cabral, relator da Constituição, e de vários parlamentares que participaram da elaboração da Carta, a solenidade foi marcada por homenagens a Ulysses Guimarães (1916-1992), que presidiu a Constituinte.

Ainda segundo o presidente do Senado, é inconcebível que, de 120 sessões deliberativas havidas no ano passado, os senadores não tenham deliberado em 68 delas, em razão de a pauta ter estado trancada por medidas provisórias.

– Não sei se estou sendo ousado, mal-educado, mas estou sendo autêntico, não estou sendo hipócrita. Não deixo de assinalar que esta Constituição é a Constituição que nos abriu a perspectiva de viver numa democracia, como estamos vivendo. Mas, para vivê-la, nós temos que ter uma harmonia em que o Legislativo legisle, o Executivo governe e o Judiciário interprete as leis.

JANE ARAÚJO

Garibaldi discursou diante do presidente Lula e voltou a criticar o uso excessivo de MPs. Mas disse que é dever do Congresso mudar as regras

FAB e aviador são homenageados em sessão solene

Na sessão solene do Congresso que homenageou a Força Aérea Brasileira (FAB) e o Dia do Aviador, na terça-feira passada, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, exaltou as missões que a Aeronáutica realiza junto a comunidades isoladas e afirmou estar convicto de que os recursos previstos para essa Força Armada no Orçamento da União para 2009 não sofrerão cortes.

Compareceram os comandantes da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, do Exército, general Enzo Martins Peri, e da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto, e o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), brigadeiro Flávio de Oliveira Lencastre. Garibaldi Alves se disse honrado por receber no Congresso "tantos militares ilustres". Em discursos, diversos senadores destacaram o papel que a Aeronáutica desempenha em várias frentes, como na Amazônia.

LEOPOLDO SILVA

Garibaldi (*C*), entre comandantes militares e o deputado Osmar Serraglio: confiança em que os recursos orçamentários da Aeronáutica não serão cortados

debate

Projeto que veda concursos aos sábados divide opiniões na CE

A proibição de realização de provas para concursos públicos e vestibulares aos sábados, em respeito a religiosos judeus e adventistas que se resguardam nesse dia, foi debatida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na semana passada.

O projeto de lei do Senado (PLS 261/04), da ex-senadora Ana Júlia Carepa, que prevê a vedação de provas aos sábados, dividiu as opiniões de convidados para audiência pública sobre o tema. Os que defendem a proposta sublinham o princípio da liberdade religiosa. Os que são contrários apontam dificuldades práticas para implantar a proibição.

O principal defensor do projeto foi o assessor jurídico da Igreja Adventista do Sétimo Dia, Alcides Coimbra. Ele mencionou a existência, na Constituição, do princípio da objeção de consciência. E citou como exemplo a prestação, já regulamentada, de atividades alternativas ao serviço militar obrigatório por aqueles que se recusam a cumpri-lo por questão de consciência.

Coimbra disse não concordar apenas com a proibição da realização aos sábados de vestibulares e concursos. Em sua opinião, deveria se estabelecer, também nesse caso, uma solução alternativa.

– Não se pede privilégio, mas prestação alternativa – afirmou Coimbra.

O diretor-executivo da Confederação Israelita, Luiz Sérgio Steinecke, lembrou que os judeus – especialmente os "mais observantes" – não exercem nenhum tipo de trabalho aos sábados. Mesmo assim, precisam, por exemplo, freqüentar aulas nesses dias. Ele considerou o projeto "interessante", mas disse ser contrário a regras muito rígidas, como um horário específico quando não haveria exames.

Desafio é "harmonizar estado laico com liberdade religiosa", diz relatora

Fátima Cleide (PT-RO), relatora do projeto que propõe a proibição de vestibular e de concursos públicos aos sábados, disse que a proposta é um desafio "por exigir a compatibilização do Estado laico com a liberdade religiosa". A senadora afirmou que o debate foi importante para a elaboração do seu relatório.

– Muçulmanos guardam as sextas-feiras, judeus e [alguns grupos] evangélicos guardam os sábados, católicos guardam os domingos. Assim, é um desafio garantir o direito de cada um – declarou a senadora, após ouvir os debatedores.

Fátima Cleide explicou que está preocupada principalmente com os que trabalham todos os dias da semana, exceto sábados e domingos, e querem participar dos vestibulares e concursos públicos. Ela observou ser necessário também pensar na garantia do sigilo dos concursos públicos.

Por sua vez, o senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE), que disse ser evangélico, elogiou a prudência da senadora Fátima Cleide em propor a discussão antes da apresentação do relatório.

– Estamos pensando na sexta-feira, no sábado e no domingo, mas a questão vai além disso – declarou Virgínio de Carvalho, criticando o excesso de feriados "em torno de um mesmo segmento".

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) ressaltou que o projeto "toca numa questão muito complexa e apresenta uma equação difícil".

ambiente legal

Zumbido afeta 28 milhões de brasileiros

Estudo da Universidade de São Paulo (USP) mostra que 34,7% dos pacientes têm a exposição a ruídos como uma das causas do zumbido, um mal que afeta cerca de 28 milhões de brasileiros, segundo a médica Tanit Ganz Sanchez. A exposição ao ruído pode ocorrer por trauma acústico (exposição rápida a som forte) ou por exposição prolongada a sons não tão fortes, mas potencialmente lesivos. Os dados preliminares sugerem que o aumento do problema entre os jovens pode estar vinculado ao uso excessivo de fones de ouvido, além de aparelhos eletrônicos modernos, como tocadores de MP3, telefones celulares e brinquedos sonoros.

Procura por tratamento cresce 20% entre jovens

A procura por tratamento pelos jovens aumentou cerca de 20% entre 2005 e 2007. Brinquedos eletrônicos chegam a emitir ruídos de 82 a 130 decibéis – intensidades maiores do que aquelas preconizadas para um trabalhador adulto, alerta a pesquisadora Tanit Sanchez. Os abusos constantes de sons altos, aliados à crescente poluição sonora, causam ainda irritabilidade, insônia e agitação, entre outros.

Fast-food tira apetite de urso

Um urso preto entrou na loja de uma rede de *fast-food*, foi até o balcão, mas saiu sem comer nada. O fato ocorreu em uma lanchonete na cidade de Kitimatt, no Canadá. As câmeras mostram o animal com a pata na maçaneta para abrir a porta. Ele sobe no balcão, olha os ingredientes dos sanduíches e, sem demonstrar interesse por nada, sai, voltando a empurrar a porta com a pata.

Degelo no Ártico pode ser antecipado

O Fundo Mundial para a Natureza (WWF) adverte que as mudanças climáticas estão acontecendo de forma mais rápida e profunda do que se previa. Com base em uma recompilação das últimas pesquisas, a organização fez um apelo para que a União Européia (UE) aumente de 20% para 30% a meta de redução de gases do efeito estufa para 2020. O degelo do oceano Ártico foi antecipado pelas previsões e poderá ocorrer entre 2013 e 2040, pela primeira vez em 1 milhão de anos, diz o relatório.

Quando ciclone vira tempestade

O aquecimento global também fará com que os níveis das chuvas e inundações aumentem em quase toda a Europa, conforme o WWF. Os estudos mais recentes falam de um aumento no número e na intensidade dos ciclones sobre as Ilhas Britânicas e o Mar do Norte, que se transformarão em furacões e tempestades, enquanto as geleiras nos alpes suíços continuarão desaparecendo.

presidência

LEOPOLDO SILVA

Abdullah II (*E*) é recebido por Garibaldi Alves (*D*) no Senado: comércio bilateral entre os países ainda é pequeno

Presidente do Senado recebe o rei da Jordânia

Em conversa de 20 minutos, Garibaldi ouviu de Abdullah II que Brasil pode ter papel crescente nas relações internacionais, especialmente durante crise

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebeu na quinta-feira o rei da Jordânia, Abdullah II. Antes, o rei havia sido recebido no Palácio do Planalto pelo presidente Lula, quando realizaram uma reunião de negócios, com ministros dos dois países. Brasil e Jordânia terão acordos de cooperação nas áreas agrícola, educacional, cultural, comercial e turística.

Abdullah II e Garibaldi conversaram por cerca de 20 minutos, na presença do presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), e dos senadores José Agripino (DEM-RN), Gerson Camata (PMDB-ES) e Adelmir Santana (DEM-DF).

Garibaldi informou que o rei se declarou "bastante animado e confiante" em um aumento no intercâmbio entre os dois países. Disse ainda que Abdullah II "exaltou o papel do Brasil nas relações internacionais" e que o país "se credencia a ter um desempenho ainda mais importante, principalmente com a crise financeira", pois "parece maduro" para enfrentá-la.

As relações comerciais entre Brasil e Jordânia, segundo o Itamaraty, ainda são pequenas, mas crescentes. Até setembro último, os brasileiros haviam comprado US$ 10,8 milhões da Jordânia e exportado US$ 233 milhões, principalmente em carnes e produtos lácteos. Nos últimos anos, o comércio foi impulsionado pela aquisição de aviões da Embraer pela Royal Jordanian. Diferentemente de outros países do Oriente Médio, a Jordânia não tem petróleo. Sua população é de 6 milhões de habitantes e o produto interno bruto (PIB) de 2006 ficou em US$ 14,3 bilhões.

Em seguida, Abdullah II foi recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia.

Secretário-executivo da CPLP considera positiva revisão ortográfica

O secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Domingos Simões Pereira, visitou Garibaldi Alves. Pela primeira vez no Brasil desde que assumiu o cargo, em julho, ele abordou a efetivação da Assembléia Parlamentar dos Países de Língua Portuguesa. Para implantar o organismo, é necessário que cada país indique um parlamentar.

Simões Pereira considera positiva a reforma ortográfica que o Brasil adotará em 2009. Ele mencionou a participação da população e a ampla divulgação pelos meios de comunicação como instrumentos para concretização dessa reforma. E disse que cada país tem regras próprias para fazer esse tipo de mudança.

Integram a CPLP Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

JORNAIS

Garibaldi Alves recebeu na quarta-feira diretores da Associação Nacional de Jornais (ANJ), liderados por sua presidente, Maria Judith, superintendente do diário *Folha de S. Paulo*. No encontro, Garibaldi reafirmou sua defesa da liberdade de imprensa.

Estiveram presentes ao encontro os diretores da ANJ Antonio Athayde e Paulo Tonet Camargo, além do assessor de Relações Governamentais da entidade, Júlio César Vinha.

institucional

Senado cumpriu a súmula sobre nepotismo, diz Sergio Penna

A comissão criada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, para examinar a prática de nepotismo na Casa deu por encerrado, com o total de 86 exonerações, o trabalho para cumprir a Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal (STF), que proíbe a contratação de parentes nos três Poderes da República. A comissão estuda agora a formulação de um documento, a ser assinado por quem for contratado pelo Senado para cargo em comissão, com informações sobre o risco que incorre quem se beneficiar de nepotismo.

Foram exonerados 86 servidores após decisão do Supremo

Em entrevista na sexta-feira, o chefe de gabinete da Presidência, Sergio Penna, que presidiu a comissão, declarou que as exonerações são resultado de informações prestadas por senadores, chefes de gabinetes e diretores.

Penna também foi indagado sobre o risco de se descobrirem mais casos de nepotismo.

– O trabalho da comissão está encerrado. No entanto, se surgir mais algum nome, por parte de algum chefe de gabinete que esteja em férias, evidentemente que ele vai informar esse nome quando voltar – disse Sergio Penna. Sobre a punição a quem tenha omitido informação, ele afirmou que, "se tiver havido dolo, naturalmente que haverá punição", por meio de processo administrativo.

O chefe de gabinete informou que já foi elaborada minuta da declaração que seria assinada pelos novos contratados. Mas a proposta precisa ainda ser apresentada ao diretor-geral, Agaciel Maia.

– Ele já aceitou a possibilidade de se fazer isso, mas não temos o documento ainda pronto. É uma proposta de que, previamente à contratação, esses servidores sejam informados sobre as penas em que incorrem vinculações dessa ordem.

Integraram a comissão presidida por Sergio Penna o diretor-geral da Casa e o consultor legislativo Bruno Dantas.

JANE ARAÚJO

Segundo Sergio Penna, novos contratados poderão assinar declaração

43 MIL CANDIDATOS

Os cargos de analista (nível superior) e técnico (nível médio) das áreas de "apoio técnico ao processo legislativo" e "apoio técnico-administrativo" foram os mais procurados pelos inscritos no concurso do Senado. Dos cerca de 43 mil inscritos, mais de 22 mil optaram por esses cargos. O menos procurado foi o de policial legislativo. O concurso deverá preencher 59 vagas de técnico legislativo e 91 de analista legislativo. Os salários variam entre R$ 6.722,68 e R$ 13.879,95. As provas ocorrerão nos dias 8 e 9 de novembro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP) em papel reciclado

JORNAL DO SENADO EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Rádio debate tragédia de Santo André

Violência que resultou na morte de Eloá será discutida sob a ótica da Lei Maria da Penha, que pune agressões às mulheres

A tragédia ocorrida em Santo André, que provocou a morte de uma adolescente e deixou outra ferida, mostrou, entre outros problemas, o grau de machismo que ainda subsiste no Brasil, um mal que parece difícil de erradicar, apesar da aprovação da Lei Maria da Penha, para proteger a mulher da violência. Ao mesmo tempo, o incidente mostra a falta de acesso dos policiais a equipamentos de ponta que poderiam ajudar a evitar a morte de reféns em casos de seqüestro ou de cárcere privado.

Como o Estado pode contribuir para a diminuição da violência contra a mulher? A Lei Maria da Penha já apresenta resultados? Qual tem sido a efetividade da ação das delegacias da mulher? A polícia está preparada para enfrentar situações como a ocorrida em Santo André? A unificação das polícias seria uma solução?

Estas e outras perguntas poderão ser respondidas na entrevista especial desta segunda-feira, do *Conexão Senado*, com a própria Maria da Penha, conforme previsão da produção da Rádio Senado. Participam também do programa senadores e especialistas.

A lei contra violência doméstica no Brasil recebeu o nome da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após agressões físicas do ex-marido. O episódio tornou-se um caso emblemático de violência contra a mulher.

Senado FM e OC: segunda-feira, 27/10, às 12h
Internet: segunda-feira, 27/10

ANTONIO CRUZ/ABR

A biofarmacêutica Maria da Penha em comemoração, no Palácio do Planalto, aos dois anos da lei que leva o seu nome

Programas e documentários da TV Senado estão disponíveis na web

Para facilitar o acesso aos programas e documentários disponíveis para *download*, a TV Senado está oferecendo um atalho no menu principal da página da emissora na internet.

Os internautas deverão clicar no alto da página da emissora e uma janela será aberta com atalhos para programas e documentários disponíveis. Há, por exemplo, *links* para os últimos documentários produzidos pela TV Senado, como *Carta ao País dos Sonhos*, *ACM – Histórias de Um Mito* e *Jango em 3 Atos*.

O acesso inicial é feito pelo endereço *www.senado.gov.br/tv*. O internauta poderá assistir os programas ou ainda, se preferir, fazer o *download*.

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 -Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação

DOMINGO

6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA:
Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico:
Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Freqüência - 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite - B1
Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Freqüência - 3.644,4 MHz
Freqüência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Freqüência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Freqüência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na freqüência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder – 11 A2

voz do leitor

Exame da OAB

O PLS 186/06 é um projeto justo porque a avaliação oficial deve ser feita durante os cursos. O exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) condena os diplomados ao desemprego e traz sofrimento para os pais que, com sacrifício, custearam os estudos durante anos, além de ser uma humilhação para os bacharéis, colidindo com os princípios universais do direito ao trabalho, da não-discriminação e da dignidade da pessoa humana.
Hiran Cunha Telles de Carvalho, de Porto Alegre (RS)

Pássaros em cativeiro

Sugiro que o Senado faça um projeto que autorize o Ibama e o Instituto Chico Mendes, com poder de polícia, a visitar casa por casa para soltar todos os tipos de pássaros engaiolados.
Reginaldo Zucoloto, de Venda Nova do Imigrante (ES)

Homofobia

Quero participar da discussão sobre o PLC 122/06, que trata da criminalização da homofobia. Defendo sua imediata aprovação no que se refere à violência física e moral que constrange e cerceia a liberdade de milhões de homossexuais brasileiros. Graças a Deus vivemos num Estado laico! Esse preceito de liberdade religiosa garante, a cada um de nós, escolher sua prática sem a opressão majoritária de nenhuma crença! Portanto, acredito que as liberdades individuais (o direito de casar, adotar e ser feliz etc.) não podem ser restringidas pela crença de outras pessoas. A aprovação da proposta colocaria o Brasil entre os países que defendem os direitos humanos e faria justiça a milhões de brasileiros que são marginalizados por causa de sua opção sexual.
Ivandro Batista de Queiroz, de Sumé (PB)

Salário social

Já que pagamos tantos impostos e os senhores senadores, deputados e o governo nos sacrificam, impondo mais impostos ainda, sugiro que a população brasileira participasse do lucro do país, com o chamado "salário social", que seria muito justo. Talvez, assim, diminua a desigualdade social e o Brasil seja visto como um país justo socialmente e não como um país de corrupção e de roubalheiras.
Sérgio Montenegro Gurgel do Amaral Filho, de Paulista (PE)

Libras

Manifesto-me favoravelmente quanto ao trabalho parlamentar do senador Cristovam Buarque. Concordo quanto à declaração do senador, quando ele afirma que "educação é tudo". Com a aprovação do projeto sobre Libras (de ensino de língua de sinais), haverá trabalho com os alunos em tempo integral, e estes alunos terão mais atenção na alfabetização.
Elisete Inácio dos Santos, de Belo Horizonte (MG)

Insegurança

Ninguém pode dar aquilo que não tem. Um dos motivos da insegurança no Brasil é que o próprio policial não tem a segurança do Estado, não possui seguro de vida ou incentivos para estudar e vive muitas vezes instabilidades financeiras e emocionais.
Antônio Carlos Garcia Marques, de Cachoeiro do Itapemirin (ES)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), *e-mail (jornal@senado.gov.br)* ou telefone (0800 61-2211).

frases

"O enunciado do Senado não existe mais. O que existe é a reclamação feita pelo procurador-geral da República. Faça-se Justiça. Cumpra-se a lei

Garibaldi Alves, sobre a anulação de ato da Mesa, contestado pela Procuradoria da República, que abria brecha para manter casos de nepotismo no Senado.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confunde motim com greve de professores

Jarbas Vasconcelos, criticando o presidente da República por ter classificado como "passeata democrática" a manifestação que originou confronto entre policiais civis e militares em São Paulo.

LEOPOLDO SILVA

Será que o noticiário exacerbado não faz com que mais crimes aconteçam? A divulgação a todo minuto não faz com que novos casos possam surgir?

Eduardo Azeredo, sugerindo que a imprensa adote a auto-regulamentação na divulgação de atos violentos, como a greve da Polícia Civil de São Paulo, o seqüestro e a morte de Eloá Pimentel e o assassinato do empresário Arthur Sendas.

A contribuição que queremos dar é produzir um debate para resolver essa crise, para que a economia não seja movida por boatos. O fato de virem aqui e debaterem maduramente a situação é um diálogo patriótico que não há o que temer, mas também não há o que adiar

José Agripino, sobre o fato de o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, terem adiado por duas vezes o debate no Senado sobre a crise.

O Senado não está fazendo nada escondido. O governo baixou duas medidas provisórias, está atuando com responsabilidade fiscal e é bom que toda a sociedade, de modo transparente, acompanhe isso

Romero Jucá, sobre as MPs editadas pelo governo na semana passada com o objetivo de contornar a crise financeira internacional.

Este governo acaba de editar uma medida provisória autorizando instituições como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprarem bancos que estão na iminência de quebrar [...], mas não considera a situação das perdas salariais dos bancários e suas reivindicações como uma outra crise

Mesquita Júnior, queixando-se de tratamento desigual dado a banqueiros e bancários em greve.

Sem arrogância e subserviência, o governo Lula leva a mensagem do país aos quatro cantos do planeta e escreve uma das mais memoráveis páginas da nossa diplomacia

Tião Viana, ao comentar iniciativa do Brasil de se aproximar dos países latino-americanos e africanos e enviar tropas para ajudar na estabilização do Haiti.

O presidente da República afinal aparece admitindo cortes. Mesmo assim, apenas se a crise piorar. Pelo menos não está mais nos mandando falar com o [presidente dos Estados Unidos, George] Bush, nem está chamando a maior crise econômica mundial em décadas de uma simples "marolinha"

Antonio Carlos Júnior, sobre dados do Banco Central mostrando que os oito primeiros dias úteis de outubro já apresentaram uma queda de 13% no volume de crédito."

pergunte ao senador

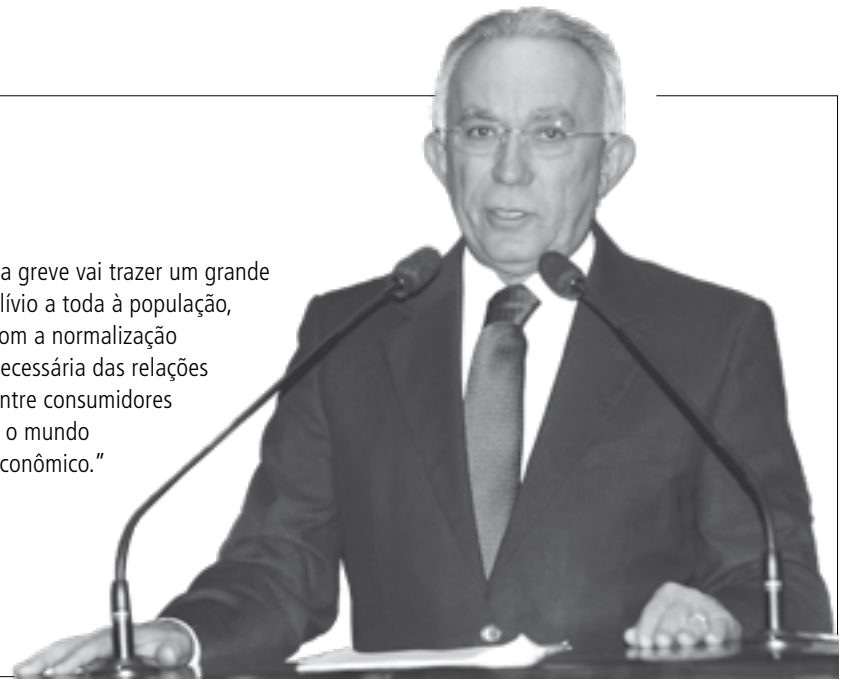
"O que os parlamentares podem fazer para resolver a questão da greve bancária?"

Wagner Vinicius de Araújo Lemos, de Rondonópolis (MT)

A greve bancária e seus efeitos

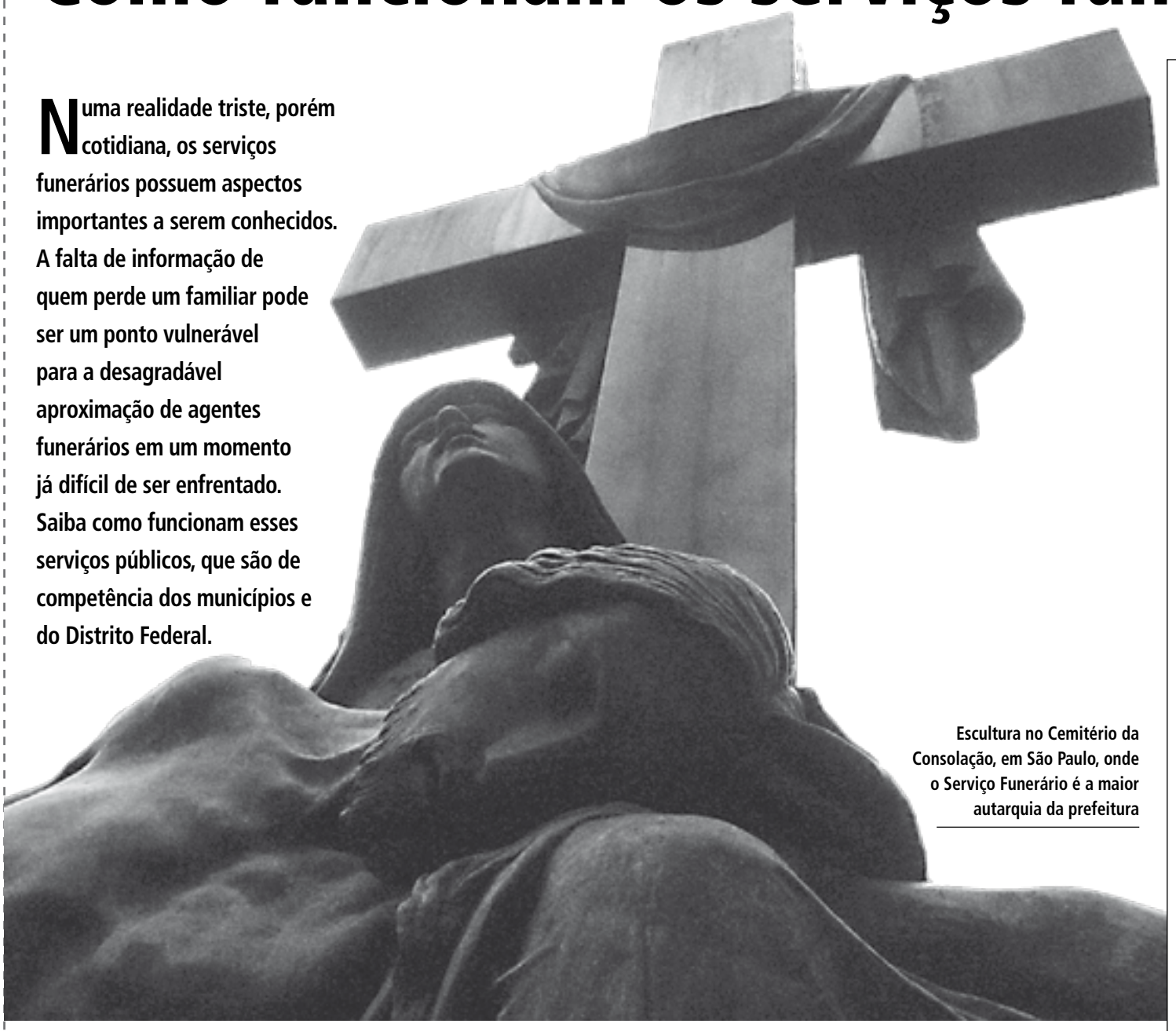
O senador **Adelmir Santana (DEM-DF)** responde:

"O movimento de greve é um direito constitucional garantido a todas as categorias profissionais. Agora, o sistema bancário é extremamente essencial à população. No sistema capitalista, é ele que sustenta o comércio, os serviços, enfim, toda a economia nacional. Quando a greve se prolonga, começa a prejudicar a todos, em especial as camadas mais pobres da população, que têm necessidade de sacar dinheiro no caixa e não contam com outros instrumentos, como os cartões de crédito para utilizarem durante a greve dos bancários. Isso cria para essa parte expressiva da população uma situação caótica. Felizmente, essa situação, que tanto nos preocupa aqui no Senado Federal, deve estar se encerrando, depois da prolongada negociação com os bancários. O fim da greve vai trazer um grande alívio a toda à população, com a normalização necessária das relações entre consumidores e o mundo econômico."



Como funcionam os serviços funerários

Numa realidade triste, porém cotidiana, os serviços funerários possuem aspectos importantes a serem conhecidos. A falta de informação de quem perde um familiar pode ser um ponto vulnerável para a desagradável aproximação de agentes funerários em um momento já difícil de ser enfrentado. Saiba como funcionam esses serviços públicos, que são de competência dos municípios e do Distrito Federal.



Escultura no Cemitério da Consolação, em São Paulo, onde o Serviço Funerário é a maior autarquia da prefeitura

Poder público e empresas privadas: realidade do país

Ninguém está preparado para a morte de um familiar ou cônjuge. Por essa razão, a maioria das pessoas ignora os trâmites relacionados ao falecimento. Procedimentos simples, como a obtenção da certidão de óbito, obedecem a regras que precisam ser conhecidas para evitar problemas posteriores. Mas as situações podem variar de acordo com a cidade onde ocorreu o óbito, já que compete aos municípios e ao Distrito Federal conceder ou permitir a execução de serviços funerários por particulares.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, o Serviço Funerário do Município é a maior autarquia da prefeitura e administra 22 cemitérios municipais, 12 postos de atendimento à população para contratação de funeral, 18 velórios e um crematório.

Já no Distrito Federal, as funerárias não são regulamentadas e funcionam com liminares da Justiça ou alvarás provisórios. Somente uma licitação poderá levá-las a ter autorização do governo. Mas para evitar a ação dos chamados "papa-defuntos", a Lei Distrital 3.376/04 veda o agenciamento de serviços funerários nas dependências de hospitais públicos e privados e do Instituto Médico Legal (IML). A lei prevê que a entrada de prestadores de serviços funerários nesses estabelecimentos será permitida apenas com a autorização do familiar ou responsável pela entrega do corpo.

Procedimentos básicos a serem tomados nas diversas ocorrências de óbitos

Em residência

Morte natural – Se o falecido tiver assistência médica, a família deverá procurar o médico para assinar a declaração de óbito. Se isso não for possível, deverá ser providenciado na Delegacia de Polícia mais próxima um boletim de ocorrência comunicando o falecimento. O corpo será então transladado para o IML, que será o responsável pela emissão da declaração de óbito. Com a declaração em mãos, os familiares deverão providenciar a contratação do sepultamento ou da cremação.

Morte acidental – Deverá ser comunicada à delegacia de polícia mais próxima, que encaminhará o corpo ao IML.

Em hospital

O hospital deve providenciar o atestado de óbito. Se o estabelecimento considerar necessário o encaminhamento do corpo ao IML, a família deverá levar uma guia expedida pelo hospital à delegacia de polícia mais próxima para obter o boletim de ocorrência.

Em via pública

Morte natural ou acidental – Um boletim de ocorrência deve ser feito na delegacia de polícia mais próxima, que encaminhará o corpo para o IML.

Gratuidades

Pobreza – Em São Paulo, de acordo com a Lei 11.083/91, é concedida gratuidade do sepultamento – e dos meios e procedimentos a ele necessários – à população que não tenha condições de arcar com as despesas do funeral. Não é necessário apresentar atestado de pobreza.

Doação de órgãos – Também na capital paulista, segundo a Lei 11.479/94, a família da pessoa que tiver doado algum órgão poderá ser dispensada do pagamento de algumas taxas. A família deverá apresentar comprovante de doação de órgãos e da imediata comunicação do óbito à instituição médica.

PLANOS – Qualquer pessoa pode contratar para si mesmo e seus familiares um plano ou convênio funerário. A principal vantagem é a de evitar desequilíbrios financeiros e constrangimentos para a família. A maioria dos planos inclui serviços de remoção, traslado, velório e ornamentação.

Prestação de serviços e administração de cemitérios

O Projeto de Lei 3.572/08, do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), dispõe sobre normas gerais para a prestação de serviços funerários e a administração de cemitérios. O objetivo, segundo o autor, é subsidiar a elaboração das legislações municipais. Rollemberg ressalta o caráter local dos serviços funerários, mas lembra que a Constituição de 1988 é omissa em relação à competência legislativa do tema.

Documentos necessários

Para contratação do funeral – A família pode se dirigir aos postos de atendimento à população (se o serviço funerário for prestado pelo poder público) ou a empresas funerárias. No último caso, é recomendável a opção por funerárias estabelecidas há muitos anos no mercado.

Nos dois casos os documentos solicitados são:

* atestado de óbito assinado por um médico para sepultamento. Se houver opção pela cremação, são necessárias as assinaturas de dois médicos com qualquer especialidade ou a de um médico legista
* cédula de identidade
* certidão de nascimento (em caso de falecidos menores) ou certidão de casamento

Também podem ser solicitados:

* carteira profissional
* título eleitoral e certificado de reservista
* CPF, cartão do INSS, PIS/Pasep.

A documentação completa possibilita que a certidão de óbito contenha todos os dados exigidos por lei e que serão usados para requerimento de pensão, inventário ou testamento. Nas empresas funerárias, a declaração de óbito deverá ficar com o agente funerário, que irá ao cartório registrar o óbito e remover o corpo do hospital e do IML

Para o sepultamento – O responsável deverá ter em mãos a declaração de óbito e nota de contratação do funeral e, se em túmulo da família, a carta de concessão.

O sepultamento poderá ser realizado:

* em quadras gerais
* em túmulo de família
* em outros municípios

Terreno para sepultamento:

Na cidade de São Paulo, a família pode adquirir um terreno junto ao Serviço Funerário do Município ou junto aos cemitérios particulares. Se a família não tiver condições financeiras para a compra, deverá alugar um terreno nos cemitérios municipais. O aluguel é válido por três anos e deverá ser paga ainda uma taxa de sepultamento. Depois de três anos, a família deverá providenciar a exumação do corpo e a colocação dos despojos em ossário adquirido pela família (ou em ossário geral) ou a cremação dos ossos (se não houver restrições para esse procedimento).

Cremação

Morte violenta – Em caso de morte por assassinato, atropelamento, acidente ou por causas desconhecidas, a cremação só será possível com:

* atestado médico assinado por um médico legista
* autorização judicial
* laudo do IML
* boletim de ocorrência
* declaração de um delegado não se opondo à cremação

Morte natural – Além do atestado assinado por dois médicos ou por um médico legista, é necessária autorização para cremação, que deve ser concedida por cônjuge, ascendentes, descendentes ou irmãos maiores de idade.